

**TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR**

<b>Editais 20/2024- CGDME juridico</b>	
<b>Título e Código do Projeto:</b>	<b>914BRZ1149</b> - Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para fortalecimento e consolidação das políticas públicas de manutenção escolar como referências nacionais e internacionais em políticas públicas educacionais de excelência.
<b>Local de Trabalho:</b>	Brasília-DF
<b>Período do contrato:</b>	10 meses
<b>Valor total:</b>	R\$152.282,40 (cento e cinquenta e dois mil duzentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos), sendo R\$76.141,20 (setenta e seis mil, cento e quarenta e um mil reais e vinte centavos por consultor.
<b>Número de vagas:</b>	02 (duas)
<b>Enquadramento no Prodoc:</b>	Atividade 1.1.6 Realizar estudos que subsidiem a DIRAE no redesenho de normas e práticas de avaliação dos programas de apoio à manutenção escolar, considerando as especificidades técnicas, realidades geográficas e socioeconômicas.

**1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

O Projeto de Cooperação Técnica objetiva o aprimoramento da capacidade institucional do FNDE, em especial da Coordenação-Geral de Desenvolvimento e Melhoria da Escola (CGDME) e da Coordenação Geral de Transporte Escolar (CGPTE), da Diretoria de Ações Educacionais (Dirae), para se tornar referência nacional e internacional em políticas públicas de transporte e manutenção escolar de excelência, por meio do fortalecimento e consolidação do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), do Programa Caminho da Escola e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os resultados propostos devem contribuir para o aperfeiçoamento dessas políticas educacionais e, como consequência, diminuir a desigualdade educacional e alcançar melhores índices de acesso e aprendizagem dos estudantes brasileiros.

No FNDE, as políticas de manutenção escolar se subdividem no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e na Política Nacional de Transporte Escolar, que tem dois programas: o Programa Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.

Para que o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) seja bem compreendido e executado, o FNDE precisa investir em estratégias técnicas que qualifiquem os procedimentos metodológicos e analíticos relacionados à etapa de prestação de contas. Nesse contexto, a cooperação técnica busca resultados tangíveis e mensuráveis por meio da contratação de consultores especializados.

A contratação de dois consultores com perfis específicos é essencial para atender às demandas do PDDE em 2024, considerando a complexidade das análises e propostas que visam aprimorar a gestão e a execução do programa. Com Pós-Graduação dentro da grande área de Ciências Sociais Aplicadas e experiência mínima de 3 anos na Administração Pública, os consultores estarão preparados para colaborar com proposição de estratégias voltadas à eficiência operacional e ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e contribuirá para a sistematização de dados e informações que auxiliem no diagnóstico dos impactos financeiros dessa modalidade no âmbito do PDDE, propondo estratégias que aprimorem a gestão dos recursos.

**2 – ENQUADRAMENTO NO PRODOC**

**Resultado 1.1:** Sistematização, análise e avaliação das experiências brasileiras e internacionais na

implementação de programas de transferência direta de recursos para as escolas e programas de apoio ao transporte escolar elaborados e publicados.

**Atividade 1.1.6** Realizar estudos que subsidiem a DIRAE no redesenho de normas e práticas de avaliação dos programas de apoio à manutenção escolar, considerando as especificidades técnicas, realidades geográficas e socioeconômicas.

### 3 – PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E/OU ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

#### Atividades:

##### Consultor 1

- Realizar levantamento normativo sobre as obrigações legais e critérios exigidos para a prestação de contas no PDDE.
- Analisar documentos e dados relacionados às práticas de prestação de contas do PDDE para identificar conformidades e inconsistências.
- Avaliar juridicamente os impactos do modelo BB Ágil nas obrigações contratuais e responsabilidades dos gestores.
- Mapear as categorias de repasse do PDDE e seus impactos orçamentários com base em análises documentais e dados disponíveis.
- Desenvolver estudo propositivo para aprimoramento dos critérios de repasse, considerando eficiência e alinhamento aos objetivos do programa.
- Elaborar análise detalhada sobre os impactos orçamentários e propor reformulações nas categorias de repasse para maior efetividade.
- Estruturar um plano técnico para a implementação de uma nova fórmula de repasse orçamentário do PDDE, alinhada às demandas identificadas.
- Participar de reuniões técnicas para validação dos diagnósticos, estudos e propostas desenvolvidas ao longo do trabalho.

##### Consultor 2

- Participação em reuniões institucionais;
- Mapear riscos jurídicos associados à Resolução CD/FNDE nº 15/2021 com base em modalidades do PDDE.
- Realizar análise detalhada sobre os impactos do modelo BB Ágil nas obrigações contratuais do PDDE.
- Avaliar a conformidade das práticas do PDDE com os princípios legais vigentes.
- Elaborar uma minuta de resolução para corrigir inconsistências normativas identificadas na Resolução CD/FNDE nº 15/2021.
- Desenvolver plano técnico com orientações para mitigação de riscos jurídicos relacionados ao PDDE.
- Analisar possíveis reflexos das alterações normativas nas responsabilidades dos gestores do PDDE.
- Apresentar propostas de ajustes normativos e regulatórios a partir dos estudos realizados.

### 4 – CRONOGRAMA DE ENTREGAS

#### Perfil: 1

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*	Valor das Atividades
<b>Produto 1</b> - Documento técnico com análise jurídica detalhada sobre a suspensão de repasses dos recursos do PDDE por inadimplência com prestação de contas, abordando as obrigações legais e normativas;	40 dias	R\$19.000,00

<b>Produto 2</b> - Documento com diagnóstico jurídico voltado à identificação de possibilidades de verificação de adimplência nas prestações de contas do PDDE por Programas (PDDE Básico, PDDE Qualidade e PDDE Equidade), de forma que a inadimplência de um Programa afete exclusivamente o repasse daquele Programa específico.	115 dias	R\$19.200,00
<b>Produto 3</b> - Documento técnico com a estimativa de impacto orçamentário e financeiro caso o FNDE passe a verificar adimplência nas prestações de contas do PDDE por Programas (PDDE Básico, PDDE Qualidade e PDDE Equidade), de forma que a inadimplência de um Programa afete exclusivamente o repasse daquele Programa específico	210 dias	R\$18.800,00
<b>Produto 4</b> - Documento técnico contendo minuta de resolução para alteração da Resolução CD/FNDE nº 15/2021, com o objetivo de corrigir lacunas normativas e regulatórias, promovendo maior alinhamento às necessidades identificadas nos diagnósticos jurídicos.	290 dias	R\$19.141,20
<b>VALOR TOTAL</b>	R\$76.141,20	

\* o número de dias é contado da assinatura do contrato.

## Perfil 2

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*	Valor das Atividades
Produto 1 - Documento com diagnóstico jurídico com foco na identificação de riscos jurídicos associados à Resolução 15, considerando as modalidades de execução do PDDE.	40 dias	R\$19.000,00
Produto 2 - Documento técnico contendo avaliação jurídica sobre o impacto do modelo BB Ágil nas obrigações contratuais e responsabilidades dos gestores no âmbito do PDDE, com atenção aos reflexos nas exigências legais relacionadas à celebração, execução e encerramento dos contratos.	100 dias	R\$19.200,00
Produto 3 - Documento estudo técnico contendo uma minuta de resolução para alteração da Resolução CD/FNDE nº 15/2021, com o objetivo de corrigir lacunas normativas e regulatórias, promovendo maior alinhamento às necessidades identificadas nos diagnósticos jurídicos.	165 dias	R\$18.800,00
Produto 4 - Documento com plano técnico para mitigar riscos jurídicos associados à Resolução CD/FNDE nº 15/2021, incluindo orientações e estratégias para minimizar possíveis inconsistências normativas e práticas.	230 dias	R\$19.141,20
<b>VALOR TOTAL</b>	R\$76.141,20	

\* o número de dias é contado da assinatura do contrato.

## 5 – INSUMOS

Ao(À) consultor(a), serão fornecidos apoio e material técnicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao

objeto dos produtos.

Poderão ainda ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

## 6 – REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

### 6.1 Obrigatórios:

- **Formação Acadêmica:** Diploma de conclusão de curso de bacharelado em Direito, devidamente registrado e emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- **Formação Acadêmica:** Certificado de Pós-graduação, em cursos da grande área de Ciências Sociais Aplicadas, devidamente registrado e emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- **Experiência profissional:** mínima de 3 (três) anos na Administração Pública

A experiência será comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.

### 6.2 Desejáveis:

- Experiência mínima de 1 (um) ano em atividades de consultoria

A experiência será comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.

## 7 – PROCESSO SELETIVO

7.1 A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo no mínimo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

7.2 O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato. A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou ligação telefônica.

7.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital.

7.4 A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

### 7.4.1 PRIMEIRA ETAPA – Pontuação de Currículos – PC

- a) os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital;
- b) serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos

quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora do prazo estipulado no edital;

- c) não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.
- d) nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência. Os candidatos que não informarem no currículo o perfil para o qual desejam concorrer poderão ter seus currículos eliminados da concorrência ou distribuídos para algum dos perfis conforme avaliação discricionária da Comissão de Seleção, não cabendo recurso em caso de discordância com a opção adotada.
- e) as candidaturas encaminhadas tempestivamente via plataforma Roster serão analisadas pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no mínimo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas;
- f) a análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item 8 deste edital.
- g) o total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato.  
 $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$ ;
- h) O candidato precisará obter, no mínimo, 40 pontos nesta etapa para ir para entrevistas.

#### 7.4.2 SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas – PE

- a) serão convocados para as entrevistas os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos -, considerando no mínimo 03 (três) vezes o número de vagas para o perfil, salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas. As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;
- b) poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- c) a pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Entrevista;
- d) a entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- e) o total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato:  
 $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$ ;
- f) O candidato precisará obter, no mínimo, 70 pontos nesta etapa, somando PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista), para que seja chamado a apresentar os documentos comprobatórios do currículo.

#### 7.4.3 TERCEIRA ETAPA - Análise documental/convocação

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- c) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail 914BRZ1149@fnde.gov.br;
- d) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.
- e) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- f) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- g) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- h) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking

geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;

j) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

#### 7.4.4 Critérios de desempate

- O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na experiência na Administração Pública.
- O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na etapa de análise curricular
- O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na etapa de entrevista.

## 8 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

### Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato					
1	Qualificação do candidato	<p>É <b>obrigatório</b> Diploma de conclusão de curso de bacharelado em Direito, devidamente registrado e emitido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.</p> <p>É <b>obrigatória</b> especialização ou mestrado ou doutorado na área de Ciências Humanas ou Sociais Aplicadas.</p> <p>A comprovação será feita por meio de apresentação de diploma.</p>	<p>[100%] 10 pontos: Mestrado ou Doutorado</p> <p>[90%] 09 pontos: Especialização</p>	10	
2	Experiência Profissional	<p>É <b>obrigatório</b> Experiência profissional: mínima de 3 (três) anos na Administração Pública.</p> <p>A experiência será comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.</p>	<p>[100%] 40 pontos: 5 anos ou mais</p> <p>[85%] 34 pontos: 4 anos</p> <p>[70%] 28 pontos: 3 anos</p>	40	
		<p>É <b>desejável</b> Experiência mínima de 1 (um) ano em atividades de consultoria.</p> <p>A experiência será comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.</p>	<p>[100%] 30 pontos: 2 ou mais anos</p> <p>[85%] 25,5 pontos: 1 ano</p>	30	
3	Entrevista	<p>Conhecimento sobre as atividades do PDDE</p>	<p>[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.</p>	5	
		<p>Conhecimento sobre análise orçamentária de políticas públicas</p>	<p>[100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.</p>	10	
		<p>Capacidade de raciocínio, comunicação e interlocução durante a entrevista.</p>	<p>[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito.</p> <p>[70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito</p>	5	
TOTAL DE PONTOS					100

## **9 – LOCAL DE TRABALHO**

O consultor deverá desenvolver seus produtos de forma autônoma, sem a necessidade de estar presencialmente na Sede do FNDE. O consultor deverá demonstrar, no processo de seleção, que tem disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE (mesmo que remotas) durante o horário comercial de trabalho. Os encontros presenciais eventualmente necessários para desenvolvimento dos produtos poderão ocorrer durante a execução da Consultoria, desde que previamente agendados, sendo que o custo pelo deslocamento e eventuais estadias, se darão por conta do próprio Consultor.

## **10 – RECURSOS E QUESTIONAMENTOS**

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados aos responsáveis, conforme orientações e ordem indicados a seguir, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- a) O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- b) A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

## **11 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Os produtos deverão ser entregues à Coordenadora-Geral do Desenvolvimento e Melhoria da Escola - CGDME por meio eletrônico, como relatório, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital contendo a assinatura do consultor, na capa.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004;

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.